

Boletim do Trabalho e Emprego

19

1.ª SÉRIE

Propriedade: Ministério para a Qualificação e o Emprego
Edição: Direcção dos Serviços de Informação Científica e Técnica

Preço 284\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1.ª SÉRIE	LISBOA	VOL. 63	N.º 19	P. 509-544	22 - MAIO - 1996
-----------------	-----------	--------	---------	--------	------------	------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— PE das alterações do CCT entre a ADIPA — Assoc. de Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.....	512
— PE das alterações dos CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.....	513
— Aviso para PE das alterações dos CCT (administrativos) entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra.....	513
— Aviso para PE das alterações dos CCT entre a ASCOOP — Assoc. das Adegas Cooperativas do Centro e Sul de Portugal e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outras, entre a referida associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outra, entre a referida associação patronal e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas, entre a referida associação patronal e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e, finalmente entre a referida associação patronal e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio.....	514
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços.....	514
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Braga e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga.....	514
— Aviso para PE do CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Bragança e a FEPCE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços.....	515
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a ACIC — Assoc. Comercial e Industrial de Coimbra e outra e o CESC — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Coimbra.....	515

	Pag.
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial do Dist. de Évora e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outros.....	516
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Santarém e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém.....	516
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Empresarial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo.....	516
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. de Comerciantes do Dist. de Viseu e outra e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Dist. de Viseu.....	517
— Aviso para PE das alterações dos CCT entre a ACRAL — Assoc. dos Comerciantes da Região do Algarve e outra e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outros e entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.....	517
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes).....	518
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Leiria e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Leiria.....	518
— Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Santarém e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém.....	519
— Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Barbearias, Cabeleiros e Institutos de Beleza e o SINDPAB — Sind. dos Profissionais do Penteador, Arte e Beleza.....	519
— Aviso para PE das alterações dos CCT entre a ANILT — Assoc. Nacional dos Industriais de Lavandarias e Tinturarias e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros.....	519

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a Assoc. dos Agricultores do Baixo Alentejo e o Sind. Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária — Alteração salarial e outras.....	520
— CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra (administrativos) — Alteração salarial e outras.....	520
— CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e o SINDEGRAF — Sind. Democrático dos Gráficos, Papel e Afins — Alteração salarial e outras.....	523
— CCT entre a AIVE — Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras.....	524
— CCT entre a ANITV — Assoc. Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro e a Feder. dos Sind. das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra — Alteração salarial e outras.....	524
— CCT entre a ACAP — Assoc. do Comércio Automóvel de Portugal e outras e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços — Alteração salarial e outras.....	527
— CCT entre a Assoc. Comercial de Portalegre e outra e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra.....	534
— CCT entre a AOPL — Assoc. de Operadores do Porto de Lisboa e outra e o Sind. dos Conferentes de Cargas Marítimas de Importação e Exportação dos Dist. de Lisboa e Setúbal e outros — Alteração salarial e outras.....	535
— CCT entre a Assoc. dos Barbeiros e Cabeleiros do Norte e o SITESE — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial.....	537

— CCT entre a ANILT — Assoc. Nacional dos Industriais de Lavandarias e Tinturarias e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros — Alteração salarial e outras	538
— AE entre a PORTUCEL FLORESTAL — Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S. A. e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	541
— AE entre o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras	543



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
 ACT — Acordo colectivo de trabalho.
 PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
 PE — Portaria de extensão.
 CT — Comissão técnica.
 DA — Decisão arbitral.
 AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
 Assoc. — Associação.
 Sind. — Sindicato.
 Ind. — Indústria.
 Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações do CCT entre a ADIPA — Assoc. de Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros

As alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ADIPA — Associação de Distribuidores de Produtos Alimentares, ANAIEF — Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores, Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas, Casa do Azeite — Associação do Azeite de Portugal e a FEPCES — Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outras associações sindicais, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1996, abrange as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores filiados nas associações que as outorgam.

Mostrando-se conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional previstos na convenção, procede-se à emissão da respectiva portaria de extensão.

No entanto, a presente portaria é apenas aplicável no território do continente, tendo em consideração que a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos governos regionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro.

Foi publicado o aviso relativo à presente convenção no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1996, à qual não foi deduzida oposição por parte dos interessados.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do CCT celebrado entre a ADIPA — Associação de Distribuidores de Produtos Alimentares, ANAIEF — Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores, Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas, Casa do Azeite — Associação do Azeite de Portugal e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outras associações sin-

dicais, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 11, de 22 de Março de 1996, são estendidas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade de armazenista, importador ou exportador de frutas, produtos hortícolas ou sementes, armazenista ou exportador de azeite, bem como às que, em exclusivo, se dediquem à distribuição por grosso de produtos alimentares, e ainda às que exerçam a actividade de distribuição de águas, refrigerantes e cerveja, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais inscritas nas associações patronais outorgantes e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não representados pelas associações sindicais signatárias;

2 — O disposto no número anterior não se aplica às relações de trabalho abrangidas por instrumento de regulamentação colectiva, convencional ou administrativa, que contemple a actividade de distribuição de águas, refrigerantes e cervejas.

3 — Não são objecto da extensão determinada no artigo anterior as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — A tabela salarial da convenção produz efeitos desde 1 de Março de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até três prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte à entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 8 de Maio de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, António de Lemos Monteiro Fernandes.

PE das alterações dos CCT entre a AIHSA — Assoc. dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

As alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AIHSA — Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, recentemente publicadas, abrangem as relações de trabalho entre entidades patronais e trabalhadores representados pelas associações que os outorgaram.

É assim conveniente e oportuno promover, na medida do possível, a uniformização das condições de trabalho na área e no âmbito sectorial e profissional das convenções.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 8, de 29 de Fevereiro de 1996, na sequência do qual três associações patronais se opuseram à extensão. Duas destas associações pretendem a salvaguarda da regulamentação específica. Essa exclusão já decorre, em princípio, da lei e é confirmada na presente portaria. A terceira associação pretende salvaguardar a autonomia do processo negocial em curso.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a AIHSA — Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve e a FESHOT — Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Em-*

prego, 1.ª série, n.º 4, de 29 de Janeiro de 1996, e 7, de 22 de Fevereiro de 1996, são estendidas, no distrito de Faro:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — A presente portaria não se aplica às relações de trabalho tituladas por entidades patronais filiadas na APH — Associação Portuguesa de Hotéis, na ARESP — Associação dos Restaurantes e Similares de Portugal e na AHETA — Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve.

3 — Não são objecto da extensão determinada no n.º 1 as cláusulas que violem normas legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor no 5.º dia a contar da sua publicação.

2 — As tabelas salariais das convenções produzem efeitos desde 1 de Janeiro de 1996, podendo as diferenças salariais devidas ser pagas em até duas prestações mensais, de igual valor, com início no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente portaria.

Ministério para a Qualificação e o Emprego, 6 de Maio de 1996. — O Secretário de Estado do Trabalho, *António de Lemos Monteiro Fernandes*.

Aviso para PE das alterações dos CCT (administrativos) entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confectaria) e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações dos contratos colectivos de trabalho mencionados em título, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 18 e 19, de 15 e 22 de Maio de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as convenções extensivas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções não representados pelas associações sindicais signatárias.

Aviso para PE das alterações dos CCT entre a ASCOOP — Assoc. das Adegas Cooperativas do Centro e Sul de Portugal e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outras, entre a referida associação patronal e a FETES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro, entre a referida associação patronal e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas, entre a referida associação patronal e o Sind. dos Trabalhadores da Ind. e Comércio de Bebidas da Região Norte e Centro e, finalmente, entre a referida associação patronal e o SITEC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão das alterações aos CCT mencionados em título, publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.ºs 13 e 17, de 8 de Abril e 8 de Maio de 1996, respectivamente.

A portaria, a emitir ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da citada disposição legal, na redacção do Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará as referidas alterações extensivas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais do mesmo sector económico (adegas cooperativas, cooperativas vinícolas com secção vitivinícola e uniões) não filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados nas associações sindicais outorgantes.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) Na área da sua aplicação e no concelho de Vale de Cambra, às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Na área da sua aplicação, às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;
- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços e outros, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.ºs 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Julho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Braga e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª série, n.º 47, de 22 de Dezembro de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, na área da sua aplicação:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu

serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais, filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;
- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portugue-

sa de Empresas de Distribuição e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Julho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial e Industrial de Bragança e a FEPGES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Dezembro de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Bragança:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que

exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não representados pela associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Julho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a ACIC — Assoc. Comercial e Industrial de Coimbra e outra e o CESC — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Coimbra.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Coimbra:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiadas na associação sindical outorgante;
- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial do Dist. de Évora e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outros

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Évora:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que

exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados nas associações sindicais outorgantes;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Comercial de Santarém e outras e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Santarém:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Empresarial de Viana do Castelo e outras e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Dist. de Viana do Castelo

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma

portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 42, de 15 de Novembro de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Viana do Castelo:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. de Comerciantes do Dist. de Viseu e outra e o Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Dist. de Viseu

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão da alteração salarial ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Viseu:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;
- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a ACRAL — Assoc. dos Comerciantes da Região do Algarve e outra e o CES/SUL — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e outros e entre as mesmas associações patronais e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações dos contratos colectivos de trabalho mencionados em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 31, de 22 de Agosto de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, na área da sua aplicação:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes

que exerçam a actividade económica abrangida pelas convenções e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não representados pelas associações sindicais outorgantes;
- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a

FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabeleci-

mentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. Comercial de Aveiro e outras e o SINDCES — Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços (comércio de carnes)

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão da alteração salarial ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 17, de 8 de Maio de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva:

- a) Na área da sua aplicação e no concelho de Vale de Cambra, às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;

- b) Na área da sua aplicação, às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas nas associações patronais outorgantes que exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Leiria e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Dist. de Leiria

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 da citada disposição legal, na redacção do Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará as referidas alterações extensivas, no distrito de Leiria:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais do sector económico do comércio de carnes não filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais do referido sector económico filiadas na associa-

ção patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, respectivamente, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE da alteração salarial do CCT entre a Assoc. dos Comerciantes de Carnes do Dist. de Santarém e o Sind. dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Dist. de Santarém

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a eventual emissão de uma portaria de extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará a convenção extensiva, no distrito de Santarém:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante que

exerçam a referida actividade económica e trabalhadores ao seu serviço das referidas profissões e categorias não filiados na associação sindical outorgante;

- c) A PE a emitir não será aplicável às empresas abrangidas pelo CCT entre a APED — Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e a FEPES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 12, de 29 de Março de 1994, e 27, de 22 de Junho de 1995, bem como a estabelecimentos qualificados como grandes superfícies, nos termos do Decreto-Lei n.º 258/92, de 20 de Novembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, abrangidos pela PE do referido CCT.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a Assoc. Portuguesa de Barbearias, Cabeleireiros e Institutos de Beleza e o SINDPAB — Sind. dos Profissionais do Penteadado, Arte e Beleza

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a extensão das alterações ao contrato colectivo de trabalho mencionado em título e publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 16, de 29 de Abril de 1996.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 da citada disposição legal, na redacção do Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará as referidas alterações extensivas, no território do continente, com excepção dos distritos do Porto, Aveiro, Bragança, Guarda e Vila Real:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais filiadas na associação patronal outorgante e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção não filiados na associação sindical outorgante.

Aviso para PE das alterações do CCT entre a ANILT — Assoc. Nacional dos Industriais de Lavandarias e Tinturarias e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e entre a mesma associação patronal e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros.

Nos termos do n.º 5 e para efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo nos serviços competentes deste Ministério a emissão de uma PE das alterações do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ANILT — Associação Nacional dos Industriais de Lavandaria e Tinturaria e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 18, de 15 de Maio de 1996, e entre a mesma associação patronal e a FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros, nesta data publicado.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 dos citados preceito e diploma, tornará as disposições constantes das convenções extensivas, no território do continente:

- a) Às relações de trabalho entre entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que exerçam a actividade económica regulada e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) Às relações de trabalho entre entidades patronais inscritas na associação patronal outorgante e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas nas convenções, não representados pelas associações sindicais subscritoras.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. dos Agricultores do Baixo Alentejo e o Sind. Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito, actividades equiparadas, vigência e denúncia

Cláusula 4.ª

Vigência

1 —

2 — As tabelas e as cláusulas com expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996 e terão de ser revistas anualmente.

3 —

CAPÍTULO VIII

Retribuição

Cláusula 45.ª

Subsídio de capatazaria

1 — O capataz tem direito a receber um subsídio mensal de 3300\$ pelo exercício das funções de chefia.

2 —

3 —

4 —

ANEXO I

Enquadramento profissional e tabelas salariais

Grau I — 72 200\$:

Encarregado de exploração agrícola.
Feitor.
Trabalhador horto-florícola ou hortelão.
Trabalhador de salinas.

Grau V — 56 500\$:

Trabalhador agrícola do nível B.

Grau VI — 55 600\$:

Trabalhador auxiliar.

Outros valores:

a)

b) Os trabalhadores têm direito a um subsídio de refeição fixo, por dia de trabalho no montante de 130\$, ao qual será acrescida a importância de 660\$ por refeição e 130\$ por pequeno-almoço nas pequenas deslocações de acordo com o n.º 2 da alínea b) da cláusula 52.ª;

c)

d)

ANEXO III

Remuneração hora/trabalho ao dia

Enquadramento profissional	Vencimen- to/hora	Proporc./ férias/ hora	Proporc./ subs. férias/hora	Proporc./ subs. Natal/hora	Vencimen- to/hora cargal. social
Grau I.....	416\$54	38\$01	38\$01	38\$01	530\$57
Grau II.....	389\$43	35\$54	35\$54	35\$54	496\$05
Grau III.....	344\$43	31\$43	31\$43	31\$43	438\$72
Grau IV.....	338\$08	30\$85	30\$85	30\$85	430\$63
Grau V.....	325\$97	29\$75	29\$75	29\$75	415\$22
Grau VI.....	320\$77	29\$28	29\$28	29\$28	408\$61

Pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária:

Manuel Francisco Pereira Pombinho,
António Neves Borges.

Pela Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 30 de Abril de 1996.

Depositado em 13 de Maio de 1996, a fl. 194 do livro n.º 7, com o n.º 174/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de confeitaria) e a FEPES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outra (administrativos) — Alteração salarial e outras.

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

2 — A tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, podendo ser revistas anualmente.

Cláusula 26.ª

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade de 1850\$ por cada três anos de permanência na mesma categoria profissional, até ao limite de cinco diuturnidades.

Cláusula 29.*

Abono para falhas

Aos caixas, cobradores e aos trabalhadores que fizerem pagamentos e ou recebimentos é atribuído um abono mensal para falhas de 2300\$, a pagar independentemente do ordenado.

Cláusula 43.*

Direitos especiais das mulheres trabalhadoras

b) Por ocasião do parto uma licença de 98 dias;

Cláusula 48.*

Subsídio de refeição

2 — O valor do subsídio de refeição é de 235\$ diários a título de alimentação, por qualquer dia em que preste, pelo menos, quatro horas de serviço.

Cláusula 78.*

Criação, extinção e reclassificação de categorias profissionais

1 — É criada a categoria profissional de rececionista (nível VI da tabela salarial).

2 — São extintas as seguintes categorias profissionais:

Terceiro-escriturário (nível VII)
Operador mecanográfico (nível V)
Operador de máquinas de contabilidade (nível V)
Perfurador-verificador (níveis VI e VII).

Se existirem trabalhadores classificados nestas categorias, os terceiros-escriturários são reclassificados em segundos-escriturários e os restantes em primeiros-escriturários, sem prejuízo da antiguidade e diuturnidades vencidas e vincendas.

ANEXO I

Definição de funções

Serviços administrativos

Operador mecanográfico. — (Eliminado.)

Perfurador-verificador. — (Eliminado.)

Operador de máquinas de contabilidade. — (Eliminado.)

Rececionista. — É o trabalhador que recebe clientes e dá explicações sobre os artigos, transmitindo indicações dos respectivos departamentos; assiste na portaria recebendo e atendendo visitantes que pretendem encaminhar-se para a administração ou para funcionários superiores ou atendendo outros visitantes com orientação das suas visitas e transmissão e indicações várias.

Poderá desempenhar serviços auxiliares de escritório.

ANEXO II

Condições profissionais específicas

I — Serviços administrativos

A)

B) Dotações mínimas.

2 —

b) (Eliminado.)

C) Acesso obrigatório.

I — Profissionais de escritório e correlativos

a)

Segundo-escriturário;
Cobrador.
Telefonista.

b) Os estagiários e os dactilógrafos, logo que completem 2 anos de estágio ou 21 anos de idade, são promovidos a segundos-escriturários;

c) (Eliminado.)

D) Quadros de densidades dos escriturários. — (Eliminado.)

ANEXO III

Tabelas salariais

Níveis	Categorias	Remunerações
I	Chefe de centro de recolha de processamento de dados	117 250\$00
	Chefe de escritório	
	Chefe de serviços administrativos	
	Chefe de serviços	
II	Analista de sistemas	109 100\$00
	Chefe de departamento	
	Chefe de divisão	
	Tesoureiro	
	Inspector administrativo	
	Chefe de contabilidade	
	Técnico de contas	

Níveis	Categorias	Remunerações
III	Chefe de secção Guarda-livros Programador de computador	103 000\$00
IV	Correspondente em línguas estrangeiras Programador de máquinas mecanográficas ou periféricas Secretária de direcção Escriturário especializado	97 400\$00
V	Caixa Controlador de aplicação Escriturário de 1.ª Esteno-dactilógrafo em línguas estrangeiras Operador de computador Ajudante de guarda-livros	90 500\$00
VI	Cobrador de 1.ª Escriturário de 2.ª Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa .. Recepcionista	85 450\$00
VII	Cobrador de 2.ª Telefonista de 1.ª	80 500\$00
VIII	Contínuo (mais de 18 anos) Porteiro Guarda Chegador Dactilógrafo Estagiário	68 150\$00
IX	Contínuo (18 anos) Serveite de limpeza	58 100\$00
X	Paquete de 17 anos	56 850\$00
XI	Paquete de 16 anos	42 650\$00

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1996.

Pela ANCIPA — Associação Nacional dos Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (Divisão de Confecção):

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPCEIS — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCEIS — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;

- Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
- Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
- Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;
- Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
- Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FSIABT — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar do Centro, Sul e Ilhas.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1996. — Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 18 de Abril de 1996.

Depositado em 9 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 169/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

**CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e o SINDEGRAF —
Sind. Democrático dos Gráficos, Papel e Afins — Alteração salarial e outras**

Cláusula 1.ª

Âmbito da revisão

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas que no território nacional são representadas pela Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência da revisão

1 — A presente revisão do contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a distribuição do *Boletim do Trabalho e Emprego* em que for publicado.

2 —

3 — A tabela salarial e a restante matéria de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Abril de 1996.

Cláusula 17.ª

Trabalho nocturno

1 — A remuneração de todo e qualquer trabalho prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia e as 8 horas do dia seguinte será acrescida dos seguintes valores:

Nas empresas do grupo II — 110\$;
Nas empresas do grupo III — 85\$;
Nas empresas do grupo IV — 75\$.

Cláusula 25.ª

Deslocações

1 —

2 —

Almoço ou jantar — 132\$;
Dormida com pequeno almoço — 335\$;
Diária completa — 535\$.

Cláusula 27.ª

Refeitórios — Subsídio de alimentação

7 — Subsídio de alimentação — as empresas que não forneçam refeições pagarão por cada dia efectivo de trabalho o seguinte subsídio de alimentação:

Nas empresas do grupo II — 175\$;
Nas empresas do grupo III — 135\$;
Nas empresas do grupo IV — 115\$.

Cláusula 28.ª

Subsídio de refeição

1 —

2 —
a) Pequeno-almoço ou ceia — 110\$;
b) Almoço ou jantar — 190\$.

ANEXO II

Tabelas salariais

A partir de 1 de Abril de 1996

Grupos profissionais	Grupo de empresas		
	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
1	96 300\$00	85 500\$00	—
2-A	88 000\$00	77 500\$00	—
2-B	83 800\$00	74 500\$00	—
3-A	80 600\$00	71 000\$00	—
3-B	75 500\$00	67 600\$00	—
4-A	70 200\$00	61 500\$00	56 100\$00
4-B	67 600\$00	59 000\$00	54 600\$00
5	64 700\$00	56 500\$00	54 100\$00
6-A	62 000\$00	54 000\$00	53 000\$00
6-B	60 000\$00	53 000\$00	52 000\$00
7-A	56 200\$00	50 000\$00	50 200\$00
7-B	54 500\$00	49 000\$00	49 000\$00
8-A	54 500\$00	47 500\$00	47 800\$00
8-B	45 800\$00	42 000\$00	42 000\$00
8-C	43 400\$00	39 000\$00	39 000\$00
9-A	40 800\$00	36 500\$00	36 500\$00
9-B	36 600\$00	33 500\$00	33 500\$00
10	35 000\$00	32 000\$00	32 000\$00
11	32 400\$00	31 300\$00	31 300\$00

Nota. — Entende-se globalmente mais favorável esta alteração do que o contrato anterior, mas só relativamente à matéria acordada.

Espinho, 15 de Abril de 1996.

Pela ANIPC — Associação dos Industriais de Papel e Cartão:

(Assinatura ilegível)

Pelo SINDEGRAF — Sindicato Democrático dos Gráficos e Afins:

(Assinatura ilegível)

Entrado em 3 de Maio de 1996.

Depositado em 9 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 168/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AIVE — Assoc. dos Industriais de Vidro de Embalagem e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outros — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas representadas pela Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas organizações sindicais outorgantes.

Cláusula 30.ª-A

Abono para falhas

Os trabalhadores que desempenhem funções de caixa ou cobrador auferirão, independentemente da sua remuneração mensal, um abono para falhas no valor de 8800\$.

Cláusula 30.ª-B

Cantinas

1 —

2 — Não existindo cantinas a funcionar, os trabalhadores terão direito a um subsídio de alimentação de 628\$50 por cada dia de trabalho efectivo, nos termos do n.º 1 desta cláusula.

ANEXO III

Tabela salarial (a)

Nível	Remuneração mensal
I	164 150\$00
II	157 300\$00
III	151 700\$00

Nível	Remuneração mensal
IV	136 900\$00
V	133 500\$00
VI	130 250\$00
VII	126 300\$00
VIII	122 700\$00
IX	120 500\$00
X	118 700\$00
XI	115 050\$00
XII	107 700\$00
XIII	100 000\$00
XIV	87 450\$00
XV	51 250\$00

(a) A presente tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Lisboa, 21 de Março de 1996.

Pela AIVE — Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem:
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes filiados:

SITISE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
SITEMAQ — Sindicato da Maquinaria e Manutenção da Maquinaria Mercante e Populares de Terra;
SINDCEC-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/ Centro-Norte;

(Assinatura ilegível.)

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Venda:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 2 de Maio de 1996.

Depositado em 9 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 167/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANITV — Assoc. Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro e a Feder. dos Sind. das Ind. de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e outra — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente CCT obriga, por um lado, todas as empresas do continente e Regiões Autónomas representadas pela associação signatária e, por outro, todos os trabalhadores ao serviço dessas empresas, qualquer que seja a categoria profissional atribuída, desde que representados por qualquer dos sindicatos signatários.

Cláusula 2.ª

Vigência

2 — As tabelas salariais constantes do anexo III e as cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 13.ª

Promoção e acesso

7 — Os praticantes de foscador a areia (vidro plano), montador de aquários e operador de máquina de polir e fazer arestas serão promovidos a pré-oficiais decorrido um ano naquela categoria.

Cláusula 22.*

Período normal de trabalho

1 — O período normal de trabalho para os trabalhadores abrangidos por este CCTV será de quarenta e duas horas, com excepção dos trabalhadores de escritório, que será de quarenta horas, salvo horários de menor duração já a ser praticados.

Os períodos normais de trabalho distribuem-se por cinco dias consecutivos.

Cláusula 30.*

Cantinas em regime de auto-serviço

2 — Enquanto não existirem cantinas a funcionar nos termos do n.º 1, os trabalhadores terão direito a um subsídio por cada dia de trabalho efectivo, nas seguintes condições:

De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Março de 1996 — 420\$;

A partir de 1 de Abril de 1996 — 430\$.

Cláusula 59.*

Trabalho de mulheres

3 —

b) Faltar durante 98 dias na altura do parto, sem redução do período de férias, da retribuição (diferença entre a retribuição que auferir e o subsídio pago pela caixa de previdência), nem prejuízo da antiguidade e, decorrido aquele período sem que estejam em condições de retomar o trabalho, prolongá-lo nos termos legais;

ANEXO I

Definição de funções

Aprendiz. — É o trabalhador que sob a orientação dos oficiais faz a aprendizagem.

Montador de aquários A. — É o trabalhador que procede à montagem de aquários (colagem de vidros e colocação de caixilhos) com dimensões diferentes daquelas que a empresa adoptou como medida padrão.

Montador de aquários B. — É o trabalhador que unicamente executa as tarefas de montagem de aquários (colagem de vidros e colocação de caixilhos) nas medidas padrão adoptadas pela empresa.

Operador de máquina de corte de chapa de vidro. — É o trabalhador que coloca, manual ou mecanicamente na mesa de corte, chapa de vidro. Introduce as medições correctas, segundo as especificações que lhe são fornecidas previamente. Procede à manutenção da máquina, nomeadamente vigiando os níveis de petróleo nos pratos, o nível de pressão, limpeza e lubrificação.

Praticante. — É o trabalhador que se prepara para desempenhar as funções coadjuvando os respectivos profissionais.

Pré-oficial. — É o trabalhador que coadjuva os oficiais e que, cooperando com eles, executa trabalhos de menos responsabilidade.

ANEXO II

Enquadramentos

Grupo 5:

Operador de máquina de corte de chapa de vidro,
Montador de aquários A.

Grupo 9:

Montador de aquários B.

ANEXO III

Tabela salarial

Grupos	Tabela A	Tabela B
	De 1 de Janeiro de 1996 a 31 de Março de 1996	A partir de 1 de Abril de 1996
1	129 450\$00	130 100\$00
2	102 450\$00	103 000\$00
3	99 200\$00	99 700\$00
4	97 500\$00	98 000\$00
5	94 000\$00	94 500\$00
6	92 550\$00	93 050\$00
7	91 300\$00	91 800\$00
8	89 850\$00	90 300\$00
9	87 850\$00	88 300\$00
10	86 650\$00	87 100\$00
11	84 850\$00	85 300\$00
12	81 750\$00	82 200\$00
13	80 600\$00	81 050\$00
14	78 850\$00	79 250\$00
15	77 000\$00	77 400\$00
16	75 200\$00	75 600\$00
17	73 150\$00	73 550\$00

Tabela de praticantes, aprendizes e pré-oficiais

Vigência — 1 de Janeiro de 1996

Praticante geral:

Do 1.º ano — 40 680\$;

Do 2.º ano — 43 490\$;

Do 3.º ano — 53 470\$.

Praticante de montador de aquários — 46 280\$.

Aprendiz geral:

Com 15 anos/16 anos — 39 960\$;

Com 17 anos — 40 650\$.

Praticante metalúrgico:

Do 1.º ano — 46 300\$;

Do 2.º ano — 51 100\$.

Pré-oficial de:

Colocador, biselador, espelhador, moldureiro ou dourador, cortador, operador de máquinas de fazer aresta ou bisel, operador de máquina de vidro duplo:

Do 1.º ano — 69 780\$;

Do 2.º ano — 79 480\$;

Polidor de vidro plano:

Do 1.º ano — 65 290\$;

Do 2.º ano — 74 360\$;

Foscador artístico a areia de vidro plano, operador de máquinas de fazer aresta e polir:

Do 1.º ano — 62 890\$;

Do 2.º ano — 72 700\$;

Montador de aquários:

Do 1.º ano — 56 640\$;

Do 2.º ano — 65 400\$;

Colocador de vidro auto — 79 480\$.

Carreira profissional dos trabalhadores de escritório e comércio

Paquete ou praticante de escritório e de balcão:

Com 15/16 anos — 39 920\$;

Com 17 anos — 40 650\$.

Estagiário de escritório e caixeiro-ajudante:

Do 1.º ano — 43 600\$;

Do 2.º ano — 48 500\$;

Do 3.º ano — 57 370\$.

Tabela de pré-oficiais, ajudantes e aprendiz de electricista

Pré-oficial:

Do 1.º ano — 69 790\$;

Do 2.º ano — 79 480\$.

Ajudante:

Do 1.º ano — 46 280\$;

Do 2.º ano — 51 080\$.

Aprendiz:

Do 1.º/2.º ano — 39 920\$;

Do 3.º ano — 40 650\$.

Nota. — Os valores a praticar nos salários de aprendizes e praticantes terão de ter sempre em conta o valor do salário mínimo nacional.

O cobrador e o caixa auferirão um abono mensal de 3129\$.

Lisboa, 15 de Abril de 1996.

Pela Associação Nacional dos Industriais Transformadores de Vidro:
(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal:
(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal representa o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

Pela Federação, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Entrado em 29 de Abril de 1996.

Depositado em 8 de Maio de 1996, a fl. 192 do livro n.º 7, com o n.º 166/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e denúncia

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

1 — O presente CCT aplica-se em todo o território do continente, por um lado, às empresas representadas pelas seguintes associações patronais:

- ACAP — Associação do Comércio Automóvel de Portugal;
- AIMA — Associação dos Industriais de Montagem de Automóveis;
- ANECRA — Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel;
- ARAN — Associação Nacional do Ramo Automóvel;

bem como às empresas de reparação de automóveis e respectivos subsectores de garagens, estações de serviço, postos de abastecimento de combustíveis e postos de assistência e pneumáticos representadas pela Associação Industrial do Minho (AIM) e, por outro, aos trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a categoria profissional atribuída, desde que representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Aplica-se ainda à actividade comercial das empresas localizadas nos Açores e na Madeira filiadas na ACAP e respectivos trabalhadores.

3 — Excluem-se do âmbito do presente contrato as empresas representadas pelas associações outorgantes (ARAN e AIM) que exerçam exclusivamente as actividades de garagens, estações de serviço, postos de abastecimento de combustíveis, parques de estacionamento e postos de assistência a pneumáticos e ainda as que nas actividades acima mencionadas empreguem de 6 a 12 trabalhadores e possuam, além daquelas actividades, apenas uma secção comercial a que esteja adstrito um único trabalhador, desde que a secção comercial tenha uma facturação inferior a 50 % da facturação geral da empresa, e as que nas actividades acima mencionadas empreguem mais de 12 trabalhadores e possuam, além daquelas actividades, apenas uma secção comercial a que estejam adstritos apenas 1 ou 2 trabalhadores, desde que a secção comercial tenha uma facturação inferior a 50% da facturação geral da empresa.

4 — Todavia, aos trabalhadores que prestem serviço nas secções de comércio automóvel das empresas referidas no número anterior aplicar-se-á o presente CCT.

CAPÍTULO II

Admissão e carreira profissional

Cláusula 6.ª

Classificação profissional

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCTV serão obrigatoriamente classificados pelas entidades patro-

nais de acordo com as funções efectivamente desempenhadas.

2 —

3 —

Cláusula 8.ª

Condições de admissão

1 —

2 —

3 —

4 —

5 — A admissão deve constar de um documento, escrito e assinado por ambas as partes, sendo um exemplar entregue ao trabalhador e outro enviado ao sindicato respectivo, no prazo de 15 dias, do qual constam as seguintes informações:

- a) Identidade das partes;
- b) Local de trabalho ou, na falta de um local fixo ou predominante, a indicação de que o trabalhador está obrigado a exercer a sua actividade em vários locais, bem como a sede ou o domicílio da entidade patronal;
- c) Categoria do trabalhador e caracterização sumária do seu conteúdo, bem como grau do CCTV;
- d) Data de celebração do contrato e início dos seus efeitos;
- e) Duração previsível do contrato, se este for sujeito a termo resolutivo;
- f) Duração das férias remuneradas ou se não for possível conhecer essa duração, as regras para a sua determinação;
- g) Prazos de aviso prévio a observar pela entidade empregadora e pelo trabalhador para denúncia ou rescisão do contrato ou, se não for possível conhecer essa duração, as regras para a sua determinação;
- h) Valor e periodicidade da remuneração de base inicial, bem como as demais prestações retributivas;
- i) Período normal de trabalho diário e semanal, especificando os casos em que é definido em termos médios;
- j) Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável, quando seja o caso.

6 —

7 —

8 —

9 —

10 — Em tudo o mais, rege o disposto no Decreto-Lei n.º 5/94, de 11 de Janeiro.

Cláusula 9.^a

Período experimental

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — Sem prejuízo do disposto relativamente à contratação a termo, o período experimental tem a seguinte duração:
 - a) 60 dias para a generalidade dos trabalhadores ou, se a empresa tiver 20 ou menos trabalhadores, 90 dias;
 - b) 180 dias para os trabalhadores que exerçam cargos de complexidade técnica, elevado grau de responsabilidade ou funções de confiança;
 - c) 240 dias para pessoal de direcção e quadros superiores.
- 5 — A duração do período experimental pode ser reduzida ou suprimida por contrato individual de trabalho.

Cláusula 17.^a

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- 2 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- 3 —

Cláusula 40.^a

Condições de admissão

Os trabalhadores de enfermagem são os diplomados por escolas oficialmente reconhecidas.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres das partes

Cláusula 44.^a

Deveres das entidades patronais

São deveres das entidades patronais:

- a)
- b)
- c)

- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- m) Informar os trabalhadores sobre tudo o que diga respeito às questões da sua segurança e da sua saúde relativas ao posto de trabalho.

Cláusula 50.^a

Número de delegados sindicais

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d) Empresas com 200 a 499 trabalhadores sindicalizados — 6 delegados;
- e)
- 2 —
- 3 —

CAPÍTULO IV

Prestação de trabalho

Cláusula 55.^a

Período normal de trabalho

1 — Sem prejuízo de horários de menor duração que já estejam a ser praticados, o horário de trabalho é de trinta e nove horas semanais para empregados de escritório, quarenta e duas horas para telefonistas e cobradores e quarenta e quatro horas para os restantes trabalhadores, distribuídos de segunda-feira a sexta-feira, com excepção do disposto nos números seguintes.

- 2 —

3 — a) Os vendedores de veículos automóveis, máquinas agrícolas, máquinas industriais e motociclos podem prestar trabalho ao sábado, em *standy*, das 9 às 13 horas, desde que o acordem por escrito com a empresa.

b) Não obstante as circunstâncias atrás referidas, haverá direito a dois dias de descanso semanal, com início às 13 horas de sábado e termo às 13 horas de segunda-feira.

c) Por acordo entre as partes pode o descanso de segunda-feira de manhã ser substituído por igual período de tempo em outro dia dentro da mesma semana.

d) Quando mais de um vendedor acorda na prestação de trabalho ao sábado, será instituído um sistema rotativo entre eles, de forma que o estabelecimento esteja aberto ao público, mas sem que todos os vendedores estejam presentes.

e) Por cada manhã de sábado em que o vendedor presta a sua actividade terá direito a uma retribuição complementar correspondente a 2% do valor de remuneração mínima mensal fixada para o nível 8 da tabela salarial que lhe seja aplicável.

f) Os vendedores referidos na alínea a) que tenham estabelecido outros acordos podem em qualquer momento optar em sua substituição pelo regime global previsto neste número mediante comunicação escrita dirigida à empresa.

4 —

5 —

6 — O Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho poderá, mediante requerimento das entidades patronais, autorizar a redução ou dispensa dos intervalos de descanso, permanentemente ou apenas em relação a determinadas épocas do ano, quando tal se mostre favorável aos interesses dos trabalhadores que se justifique pelas condições particulares de trabalho de certas actividades.

7 — Consideram-se não abrangidos pelos limites de horários previstos nesta cláusula os vendedores, quando actuando fora do estabelecimento patronal, salvo nos casos em que sejam incumbidos de tarefas específicas para além desses limites.

8 — O regime definido nesta cláusula não se aplica ao trabalho por turnos.

Cláusula 61.ª

Contratos a termo

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

12 —

13 —

14 —

15 — Salvo acordo em contrário, durante os primeiros 30 dias de execução do contrato a termo, qualquer das partes poderá rescindi-lo, sem aviso prévio, sem invocação de justa causa, não havendo lugar a qualquer indemnização. Este período será reduzido a 15 dias no caso de contrato a termo não superior a seis meses e no caso de contratos a termo incerto cuja duração se preveja não vir a ser superior àquele limite.

Cláusula 67.ª

Trabalhadores estrangeiros

1 — Na ocupação de trabalhadores estrangeiros será obrigatoriamente observada a igualdade do tratamento, em particular no tocante à retribuição e outros benefícios económicos, relativamente a trabalhadores portugueses que na empresa exerçam a mesma actividade com a mesma categoria profissional e o mesmo nível de desempenho, sendo cumpridos os formalismos legais relativos ao trabalho de estrangeiros em Portugal (Decreto-lei n.º 97/77, de 17 de Março).

2 — Aos trabalhadores de países membros da Comunidade Europeia é aplicável a legislação comunitária em vigor.

CAPÍTULO V

Remuneração de trabalho

Cláusula 72.ª

Condições especiais de retribuição

1 — Os caixas e os cobradores têm direito a um abono mensal para falhas no valor 4000\$ enquanto no desempenho das suas funções.

2 —

3 — Os trabalhadores que procedam aos pagamentos referidos no número anterior terão direito a uma gratificação mensal, calculada da seguinte forma, sobre o montante global manuseado:

Até 1 000 000\$ — 2750\$;

Mais de 1 000 000\$ — 4000\$.

4 —

5 —

6 —

Cláusula 80.ª

Mapas de quadros de pessoal

1 — As entidades patronais são obrigadas a enviar às entidades referidas no n.º 2 desta cláusula dentro dos prazos adiante mencionados os mapas de quadro de pessoal, devidamente preenchidos, utilizando para o efeito o modelo oficialmente aprovado.

2 — Dois exemplares do mapa referido no número anterior serão enviados durante o mês de Novembro de cada

ano, com dados actualizados em relação ao mês de Outubro anterior, a cada uma das seguintes entidades:

- a) No continente, às respectivas delegações ou sub-delegações do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira aos respectivos serviços regionais;
- b) Um exemplar à associação ou associações em que esteja filiada a entidade patronal;
- c) Um exemplar ao sindicato ou sindicatos em que estejam filiados os trabalhadores, não podendo neste caso o respectivo exemplar deixar de conter a relação dos trabalhadores filiados naquele a que se destina.

3 —

4 — Na mesma data do envio, incluindo os casos de rectificação ou substituição, as entidades patronais, afixarão, por forma bem visível, ou disponibilizarão a consulta em terminal, no caso de entidade autorizada a responder em suporte magnético, por forma acessível, nos locais de trabalho, durante um prazo de 45 dias, cópia dos mapas enviados, a fim de que os trabalhadores interessados possam reclamar, por escrito, directamente ou através dos respectivos sindicatos, quanto às irregularidades detectadas.

5 —

6 — Os exemplares dos mapas de quadros de pessoal referidos nos números anteriores serão mantidos em arquivo pelas entidades patronais pelo prazo de cinco anos.

7 — Em tudo o mais rege o disposto no Decreto-lei n.º 332/93, de 25 de Setembro.

CAPÍTULO VI

Deslocações em serviço

Cláusula 83.ª

Direitos dos trabalhadores nas pequenas deslocações

1 —

- a)
- b)
- c) Ao pagamento de uma verba diária de 250\$ para cobertura de despesas correntes, desde que o tempo de deslocação seja superior a metade do período normal de trabalho;
- d)

3 — O quantitativo a prestar pelas refeições será o seguinte:

Pequeno-almoço — 250\$;
Almoço/jantar — 1250\$;

ou, havendo acordo entre as partes, o pagamento das despesas contra a apresentação de documentos.

Cláusula 85.ª

Grandes deslocações no continente

- 1 —
 - a) Ao pagamento de uma verba diária fixa de 500\$ para cobertura de despesas correntes;
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
 - f)
- 2 —
- 3 —

Cláusula 86.ª

Grandes deslocações no estrangeiro, Regiões Autónomas e Macau

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) A verba diária de 1330\$ para cobertura de despesas correntes, além do pagamento das despesas de alojamento e alimentação, a contar da data da partida até à data da chegada;
- i)
- j)

Cláusula 88.ª

Regime especial de deslocações

- a)
- b)
- c) Ao pagamento das despesas de alimentação e alojamento, nos termos seguintes:
Pequeno-almoço — 250\$;
Almoço/jantar — 1250\$;
Alojamento — 2750\$.

CAPÍTULO VII

Suspensão de prestação de trabalho

Cláusula 93.ª

Descanso semanal

1 — Salvo os casos especialmente previstos no presente contrato os dias de descanso semanal são o sábado e o domingo, sendo o sábado considerado dia de descanso semanal complementar.

2 —

- 3 —
5 —
6 —

Cláusula 110.*

Efeitos das faltas injustificadas

- 1 —
2 — Nos casos em que as faltas determinam perda de retribuição, esta poderá ser substituída, se o trabalhador expressamente assim o preferir, por perda de dias de férias, na proporção de um dia de férias por cada dia de falta, desde que seja salvaguardado o gozo efectivo de dois terços dos dias úteis de férias.
3 —

CAPÍTULO VIII

Prestações complementares

Cláusula 118.*

Direitos especiais das mulheres

1 — São, em especial, assegurados às mulheres os seguintes direitos:

- a)
b) Faltar durante 98 dias por período da maternidade, os quais não poderão ser descontados para quaisquer efeitos, designadamente férias, antiguidade ou aposentação;
c)
2 —
3 —

Cláusula 94.*

Feriados

- 1 —
2 —

3 — Toda e qualquer suspensão de trabalho por motivo de «pontes», fins-de-semana, tradição total ou outros dará lugar a distribuição de trabalho por calendário anual mediante acordo entre a empresa e a comissão de trabalhadores ou a comissão sindical, intersindical, ou a maioria dos trabalhadores.

Cláusula 109.*

Faltas justificadas

- 1 —
a)
b)
c)

- d)
e)
f)
g)
h)
i)
j)
l)
m)
n)
o)

2 — Não implicam perda de retribuição:

- a) As faltas previstas nas alíneas b), c), e), f), i), j) e n) do número anterior;
b)
c) As faltas previstas na alínea m) do número anterior, quando comprovadamente não forem remuneradas integralmente por outra entidade.

- 3 —
4 —

CAPÍTULO XIV

Disposições finais

Cláusula 143.*

Notas para a execução do CCTV

As notas abaixo referidas fazem parte integrante deste CCTV:

- 1)
2) Os ajudantes de guarda-livros serão reclassificados como subchefes de secção;
3) Para as categorias profissionais constantes no anexo 1, grupo 1, todo o trabalhador com idade superior a 20 anos será admitido directamente para qualquer dos escalões das referidas categorias profissionais.

ANEXO I

Tabelas salariais

Níveis	Tabela I	Tabela II
1	157 100\$00	174 700\$00
2	139 700\$00	157 100\$00
3	122 300\$00	137 300\$00
4	110 800\$00	122 300\$00
5	99 300\$00	110 800\$00
6	90 900\$00	99 300\$00
7	83 900\$00	91 300\$00
8	76 400\$00	84 800\$00
9	71 400\$00	78 000\$00
10	67 200\$00	73 500\$00
11	63 400\$00	70 500\$00
12	61 200\$00	67 100\$00
13	57 500\$00	63 400\$00

Tabela salarial de aprendizes das categorias profissionais dos graus 8 e 9

Idade de admissão	1.º ano		2.º ano		3.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
15 anos	39 100\$00	39 100\$00	41 100\$00	41 100\$00	42 400\$00	42 400\$00
16 anos	39 100\$00	39 100\$00	41 100\$00	41 100\$00	—\$—	—\$—
17 anos	39 100\$00	39 100\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

Tabela salarial dos praticantes das categorias profissionais dos grupos 8 e 9

Tempo de tirocínio	Tabela I	Tabela II
Praticante iniciado	42 350\$00	42 350\$00
Praticante do 1.º ano	42 350\$00	44 550\$00
Praticante do 2.º ano	46 100\$00	50 100\$00

II

Categorias profissionais sem aprendizagem mas com prática

Participantes de categorias sem aprendizagem

Idade de admissão	1.º ano		2.º ano		3.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
15 anos	39 100\$00	39 100\$00	41 100\$00	41 100\$00	42 350\$00	42 350\$00
16 anos	39 100\$00	39 100\$00	41 100\$00	41 100\$00	—\$—	—\$—
17 anos	39 100\$00	39 100\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

III

Categorias profissionais com prática e início aos 18 anos

Idade	Tabela I	Tabela II
Praticante de 18 anos	42 350\$00	42 350\$00
Praticante de 19 anos	42 350\$00	42 350\$00

Categorias profissionais de escalão único com prática e início aos 18 anos

Idade	Tabela I	Tabela II
Praticante de 18 anos ou do 1.º ano	42 350\$00	43 700\$00
Praticante de 19 anos ou com mais de dois anos (do 1.º ano ou do 2.º ano)	45 500\$00	49 450\$00

Paquetes (escritório) e praticantes (comércio/armazém)

	1.º ano		2.º ano		3.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
Paquete (escritório) e praticante de comércio/armazém (a)	39 100\$00	39 100\$00	41 100\$00	41 100\$00	42 350\$00	42 350\$00

(a) Praticantes dos 1.º, 2.º e 3.º anos.

I

Empresas estritamente comerciais são aquelas que se dedicam em separado ou conjuntamente à importação, comércio por grosso e ou retalho de veículos, máquinas agrícolas e industriais, pneus, peças e acessórios, motociclos, reboques e outros bens ligados à actividade automóvel.

II

Empresas estritamente de reparação são aquelas que se dedicam exclusivamente à reparação de veículos automóveis.

III

Empresas estritamente de montagem de automóveis são aquelas que se dedicam exclusivamente à montagem de automóveis.

IV

Empresas polivalentes são aquelas que, além das actividades estritamente comerciais ligadas ao comércio automóvel, exercem outras actividades comerciais e ou industriais de prestação de serviços.

V

As empresas referidas no n.º 1 aplicam-se as tabelas I e II, consoante o valor da facturação anual global seja, respectivamente, inferior ou superior a 169 500 000\$.

As empresas referidas nos n.ºs II, III e IV aplicar-se-ão as tabelas I ou II, consoante o valor da facturação anual global seja, respectivamente, inferior ou superior a 237 000 000\$, deduzidos os impostos e taxas sobre as quais não indicam margens de lucro e ainda as vendas de combustíveis.

As empresas em que, por virtude da aplicação de instrumentação anterior, já seja aplicada a tabela II da referida instrumentação aplicar-se-á a tabela II do presente CCT, não podendo, a partir da data da entrada em vigor do mesmo, passar a aplicar-se a tabela I. As tabelas salariais e o critério diferenciador de tabelas constantes do anexo I produzem efeitos a partir de 1 de Agosto de 1995.

Lisboa, 1 de Março de 1996.

Pela ACAP — Associação do Comércio Automóvel de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela AIMA — Associação dos Industriais de Montagem de Automóveis:

(Assinatura ilegível.)

Pela ARAN — Associação Nacional do Ramo Automóvel:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANECRA — Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel:

(Assinatura ilegível.)

Pela AIM — Associação Industrial do Médio:

(Assinatura ilegível.)

Pela FEPACES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPACES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;

Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;

Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrada em 29 de Abril de 1996.

Depositado em 13 de Maio de 1996, a fl. 194 do livro n.º 7, com o n.º 175/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. Comercial de Portalegre e outra e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Alteração salarial e outra.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

As presentes alterações ao CCT, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 9, 11, 11, 14, 14, 16, 16, 16, 15, 14, 17 e 16 de 8 de Março de 1982, 22 de Março de 1983, 22 de Março de 1984, 15 de Abril de 1985, 15 de Abril de 1986, 29 de Abril de 1987, 29 de Abril de 1988, 29 de Abril de 1989, 23 de Abril de 1990, 15 de Abril de 1991, 8 de Maio de 1992, 23 de Abril de 1993, 8 de Junho de 1994 e 29 de Maio de 1995, respectivamente, obrigam, por um lado, todas as empresas do comércio retalhista filiadas nas associações comerciais de Portalegre e Elvas e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja o seu local de trabalho, desde que representados pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços.

Cláusula 2.ª

Vigência do contrato

1 a 3 —

4 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Março de 1996, independentemente da data da sua publicação.

Cláusula 27.ª

Retribuições certas mínimas

1 a 9 —

10 — Os trabalhadores receberão por dia de trabalho efectivamente prestado um subsídio de refeição de 320\$.

ANEXO IV

Tabela salarial

Níveis	Remunerações
I	89 800\$00
II	85 700\$00
III	78 900\$00

Níveis	Remunerações
IV	71 000\$00
V	65 300\$00
VI	62 700\$00
VII	59 600\$00
VIII	56 400\$00
IX	54 600\$00
X	54 600\$00
XI	54 600\$00
XII	54 600\$00
XIII	54 600\$00
XIV	40 950\$00
XV	40 950\$00
XVI	40 950\$00
XVII	40 950\$00

Portalegre, 27 de Março de 1996.

Pela Associação Comercial de Portalegre:
(Assinatura ilegível.)

Pela Associação de Comércio, Indústria e Serviços de Elvas:
(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITENSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias.

Lisboa, 11 de Abril de 1996. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 18 de Abril de 1996.

Depositado em 10 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 171/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a AOPL — Assoc. de Operadores do Porto de Lisboa e outra e o Sind. dos Conferentes de Cargas Marítimas de Importação e Exportação dos Dist. de Lisboa e Setúbal e outros — Alteração salarial e outras.

Aos 12 dias do mês de Março de 1996, as entidades subscritoras do contrato colectivo de trabalho para o porto de Lisboa, AOPL — Associação dos Operadores Portuários de Lisboa, ANESUL — Associação dos Agentes de Navegação e Empresas Operadoras Portuárias, Sindicato dos Conferentes de Cargas Marítimas de Importação e Exportação dos Distritos de Lisboa e Setúbal, Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal e Sindicato dos Trabalhadores de Tráfego Portuário de Lisboa e Centro de Portugal acordaram na actualização de todas as componentes de natureza retributiva em 4,5 %, para vigorar no porto de Lisboa desde 1 de Janeiro de 1996.

O valor percentual acordado é considerado razoável, tendo em conta os interesses de cada uma das partes e os compromissos assumidos por todos com a assinatura, em 12 de Julho de 1993, do pacto de concertação social no sector portuário.

No que se refere à moderação salarial, a taxa acordada corresponde ao referencial médio definido no acordo de concertação social de curto prazo celebrado em sede do Conselho Económico e Social no dia 24 de Janeiro último.

As partes acordaram ainda na integração no salário base do subsídio de penosidade e disponibilidade e dos aumentos resultantes da aplicação da percentagem de aumento acordada ao valor das diuturnidades e do subsídio mensal de alimentação, não resultando daquela integração qualquer aumento da massa salarial global.

Da actualização acima descrita resultou a tabela salarial anexa, que faz parte integrante da presente acta.

Foi ainda assumido o compromisso, por parte de todos os subscritores, de consagrar em próxima revisão do clausulado geral do CCT alterações ao sistema de cálculo e ao limite das diuturnidades, bem como uma compensação pela assiduidade manifestada pelos trabalhadores traduzida na atribuição de dias adicionais de férias.

Tal como tem acontecido em anos anteriores, o acordo foi conseguido através de um empenhamento sério das partes em atingir um ponto de equilíbrio entre a sustentação do poder de compra e a contenção dos custos, tendo sempre em vista a consolidação da competitividade do porto de Lisboa.

Não tendo sido possível chegar a um entendimento quanto ao EPCR — Esquema Portuário Complementar de Reformas, optaram as partes por fazer constar da presente acta as seguintes declarações:

Declaração sindical

Os Sindicatos, na sua qualidade de membros da Fundação EPCR e de entidades que, conjuntamente com as empresas e organizações patronais do sector, instituíram oportunamente o esquema complementar de reformas dos trabalhadores portuários, interpelam, formalmente, as associações que representam as entidades que foram e ainda não deixaram de ser responsáveis pelo financiamento dos encargos emergentes do EPCR no sentido de:

- a) Virem a debater com os sindicatos portuários, no mais curto prazo possível, a problemática actual do regime de reformas complementares do sector;
- b) Definirem, pela via negocial, as soluções que venham a ser consideradas como consentâneas com

os compromissos obrigacionais subsistentes após o processo de remição dos direitos dos beneficiários efectivos do EPCR;

- c) Designarem representantes seus junto das estruturas orgânicas da Fundação, sem o que, resultando inviabilizado o seu funcionamento em consequência directa de tal omissão consciente e intencional, lhes serão imputados, em exclusivo, todos os efeitos que venham a operar responsabilidades judiciais e extrajudiciais perante terceiros.

Mais declaram que, em caso de obstrução às iniciativas e à prática dos actos acima enunciados, não poderão deixar de fazer uso dessa posição perante quaisquer entidades, pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente perante tribunais que venham a ser chamados a apreciar e a decidir processos contenciosos neste domínio, declinando sobre as empresas do sector e sobre as suas associações representativas toda e qualquer responsabilidade jurídica, social e financeira daí adveniente.

Declaração da AOPL

No pacto de concertação social no sector portuário, de 12 de Julho de 1993, ficou estabelecida a extinção da Fundação EPCR e também a extinção do próprio esquema portuário complementar de reformas, uma vez que deviam ser eliminados todos os encargos que, para o custo da operação portuária, resultavam do funcionamento desse esquema.

Ficou igualmente acordado que seriam eliminados todos os encargos convencionais de acção social, designadamente as comparticipações das entidades empregadoras para a Fundação EPCR que onerassem, directa ou indirectamente, as cargas movimentadas nos portos, ainda que essas comparticipações estivessem previstas em protocolos ou contratos.

Tendo o pacto sido outorgado pelos seus diversos signatários, obriga-os a todos, constituindo encargo e responsabilidade de todos, nomeadamente Governo, sindicatos e operadores portuários, o cumprimento das diversas disposições nele estabelecidas.

O processo de liquidação da Fundação EPCR deveria estar concluído até à entrada em vigor da legislação portuária, que foi publicada em 13 e 28 de Agosto de 1993.

O pacto de concertação determinou também que as medidas acordadas para a extinção do EPCR seriam tomadas sem prejuízo da salvaguarda dos direitos adquiridos pelos beneficiários inscritos à data do pacto e não de eventuais beneficiários.

Os únicos contribuintes para a Fundação eram as empresas operadoras portuárias. Os trabalhadores portuários jamais efectuaram qualquer contribuição com vista à criação de um fundo de reserva para eventual benefício de expectativas à data das respectivas reformas.

Em devido tempo, a ANEE subscreeveu o requerimento ao Ministério do Emprego de extinção da Fundação EPCR, dando assim cumprimento àquilo a que se obrigaram as empresas no referido pacto de concertação social.

A ANEE foi extinta, tendo sido publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego* o cancelamento do registo dos seus estatutos.

A AOPL não é uma associação substituta da ANEE. A AOPL já tinha os seus estatutos publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 10, de 30 de Maio de 1988, estatutos que foram totalmente substituídos e publicados ex-novo, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 3.ª série, n.º 2, de 30 de Janeiro de 1994.

Os associados — empresas de estiva — da AOPL não são exactamente os mesmos associados da ex-ANEE, como é perfeitamente conhecido de todo o sector.

Declaração da ANESUL

A ANESUL entende que após a celebração do pacto de concertação social outorgado em Julho de 1993 e nos

termos do ponto 2.1.6 do referido pacto cessaram as comparticipações das entidades empregadoras para a Fundação EPCR.

Assim sendo, a ANESUL reafirma que a comparticipação referente ao Esquema Portuário Complementar de Reformas já cessou precisamente através do acordo expresso das partes subscritoras do aludido pacto, da qual a ANESUL, a AOPL e todos os sindicatos portuários de Lisboa foram e são outorgantes.

Em consequência do exposto e também nos termos do ponto 2.5 do pacto de concertação social, as mesmas partes acordaram na liquidação da Fundação EPCR, para o que esta Associação já desenvolveu os mecanismos formais necessários para dar cumprimento ao compromisso que expressamente assumiu.

Tabela salarial

Porto de Lisboa

(Em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1996)

Retribuição mensal líquida

		Vencimento base	Subsídio de turno	Total
I	Superintendente	264 900\$00	44 845\$00	309 745\$00
II	Coordenador	255 140\$00	44 845\$00	299 985\$00
III	Base-tipo A	245 395\$00	44 845\$00	290 240\$00
IV	Base-tipo B	220 545\$00	40 360\$00	260 905\$00
V	Base-tipo B	196 155\$00	35 875\$00	232 030\$00
VI	Base-tipo B	171 765\$00	31 390\$00	203 155\$00
VII	Base-tipo B	147 375\$00	26 910\$00	174 285\$00
VIII	Estagiário	98 590\$00	17 940\$00	116 530\$00

Trabalho suplementar — Dias úteis

		8/17-17/24	08	12/13	20/21	17/20	02
I	Superintendente	13 410\$00	24 802\$00	3 970\$00	5 002\$00	6 705\$00	8 267\$00
II	Coordenador	12 800\$00	23 675\$00	3 790\$00	4 775\$00	6 400\$00	7 892\$00
III	Base-tipo A	12 191\$00	22 548\$00	3 609\$00	4 547\$00	6 095\$00	7 516\$00
IV	Base-tipo B	10 971\$00	20 293\$00	3 248\$00	4 092\$00	5 486\$00	6 764\$00
V	Base-tipo B	9 752\$00	18 038\$00	2 887\$00	3 638\$00	4 876\$00	6 013\$00
VI	Base-tipo B	8 533\$00	15 783\$00	2 526\$00	3 183\$00	4 267\$00	5 261\$00
VII	Base-tipo B	7 314\$00	13 529\$00	2 166\$00	2 728\$00	3 657\$00	4 510\$00
VIII	Estagiário	4 876\$00	9 019\$00	1 444\$00	1 819\$00	2 438\$00	3 006\$00

Trabalho suplementar — Sábados/domingos/feriados

		8/17	17/24	08	12/13	20/21
I	Superintendente	15 588\$00	21 261\$00	43 338\$00	5 076\$00	6 474\$00
II	Coordenador	14 880\$00	20 295\$00	41 369\$00	4 845\$00	6 179\$00
III	Base-tipo A	14 171\$00	19 328\$00	39 399\$00	4 615\$00	5 885\$00
IV	Base-tipo B	12 754\$00	17 396\$00	35 459\$00	4 153\$00	5 297\$00
V	Base-tipo B	11 337\$00	15 463\$00	31 519\$00	3 692\$00	4 708\$00
VI	Base-tipo B	9 920\$00	13 530\$00	27 579\$00	3 230\$00	4 120\$00
VII	Base-tipo B	8 503\$00	11 597\$00	23 639\$00	2 769\$00	3 531\$00
VIII	Estagiário	5 668\$00	7 731\$00	15 759\$00	1 846\$00	2 354\$00

Horas de deslocação

		Dias úteis		Sábados/domingos/feriados		
		8/17-17/24	0/8	8/17	17/24	0/8
I	Superintendente	1 280\$00	2 128\$00	1 782\$00	3 314\$00	4 594\$00
II	Coordenador	1 222\$00	2 031\$00	1 701\$00	3 163\$00	4 385\$00
III	Base-tipo A	1 164\$00	1 934\$00	1 620\$00	3 013\$00	4 177\$00
IV	Base-tipo B	1 048\$00	1 741\$00	1 458\$00	2 711\$00	3 759\$00
V	Base-tipo B	931\$00	1 547\$00	1 296\$00	2 410\$00	3 341\$00
VI	Base-tipo B	815\$00	1 354\$00	1 134\$00	2 109\$00	2 924\$00
VII	Base-tipo B	698\$00	1 161\$00	972\$00	1 808\$00	2 506\$00
VIII	Estagiário	466\$00	774\$00	648\$00	1 205\$00	1 671\$00

Subsídios e diuturnidades

Subsídio de alimentação		1 380\$00
Subsídio de largo	418\$00	835\$00
Subsídio de função especializada	220\$00	440\$00
Subsídio de transporte		7 360\$00
Diuturnidade		3 390\$00

Lisboa, 12 de Março de 1996.

Pela AOPPL — Associação dos Operadores Portuários de Lisboa:

(Assinatura ilegível.)

Pela ANESUL — Associação dos Agentes de Navegação e Empresas Operadoras Portuárias:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Conferentes de Cargas Marítimas de Importação e Exportação dos Distritos de Lisboa e Setúbal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Tráfego Portuário de Lisboa e Centro de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 7 de Maio de 1996.

Depositado em 18 de Maio de 1996, a fl. 194 do livro n.º 7, com o n.º 176/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. dos Barbeiros e Cabeleireiros do Norte e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio — Alteração salarial

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

Este contrato obriga, por uma parte, as entidades patronais representadas pela Associação dos Barbeiros e Cabeleireiros do Norte e, por outra, todos os trabalhadores ao serviço das mesmas representados pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio (distritos do Porto, Aveiro, Bragança, Guarda e Vila Real).

Cláusula 2.ª

Vigência, denúncia e revisão

1 — O presente contrato entra em vigor nos termos da lei, produzindo as tabelas salariais efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996.

2 —

3 —

Tabela salarial

1 — Cabeleireiro de homens:

Cabeleireiro completo	63 600\$00	60 700\$00
Oficial especializado	62 200\$00	59 700\$00
Meio-oficial/praticante	59 000\$00	58 400\$00

2 — Cabeleireiro de senhoras:

Cabeleireiro completo	63 600\$00	60 700\$00
Oficial de cabeleireiro	62 700\$00	59 600\$00
Praticante	61 400\$00	58 800\$00
Ajudante	59 000\$00	58 000\$00

3 — Ofícios correlativos:

Manicura	59 000\$00	58 000\$00
Massagista e estética	63 800\$00	60 600\$00
Esteticista	62 700\$00	59 600\$00
Oficial posticeiro	62 700\$00	59 600\$00
Ajudante posticeiro	59 100\$00	58 000\$00
Pedicura	59 000\$00	58 000\$00
Calista	59 000\$00	58 000\$00

4 — Aprendiz:es:

Do 1.º e 2.º anos	43 600\$00	43 600\$00
-------------------------	------------	------------

5 — Pessoal adventício	3 700\$00	3 700\$00
------------------------------	-----------	-----------

Notas

1 — A tabela B aplica-se às entidades patronais cujo quadro de pessoal não excede três trabalhadores.

2 — Sem prejuízo das condições mais favoráveis acordadas no presente contrato, mantém-se em vigor a regulamentação e trabalho actualmente aplicável ao sector.

Porto, 8 de Março de 1996.

Pela Associação de Barbeiros e Cabeleiros do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escrúpulo, Serviço e Costureiro:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 3 de Maio de 1996.

Depositado em 10 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 170/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519/C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANILT — Assoc. Nacional dos Industriais de Lavandarias e Tinturarias e a FESETE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros — Alteração salarial e outras.

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

As presentes alterações são aplicáveis em todo o território nacional às relações de trabalho entre as entidades patronais que se dediquem às actividades de lavandarias, incluindo a modalidade de auto-serviço, tinturaria, limpeza a seco, engomadoria e actividades afins e aos trabalhadores ao seu serviço.

Cláusula 2.ª

Vigência

Vigorará pelo prazo mínimo de um ano, produzindo a tabela salarial efeitos desde 1 de Janeiro de 1996, independentemente da data da sua publicação.

Cláusula 3.ª

Remunerações e subsídio de alimentação

1 — De qualquer modo, a todos os trabalhadores será garantido um acréscimo de 2800\$ sobre a remuneração efectiva de 31 de Dezembro de 1995.

2 — Todos os trabalhadores têm direito a um subsídio de alimentação no montante de 220\$ diários.

3 —

4 —

Cláusula 4.ª

Sucessão de regulamentação de direitos adquiridos

1 — Mantém-se em vigor a PRT publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 26, de 15 de Julho de 1977, e o CCTV publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 34, de 15 de Setembro de 1980, e revisto no *Boletim de Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 45, de 7 de Dezembro de 1981, 4, de 29 de Janeiro de 1983, 5, de 8 de Fevereiro de 1984, 8 de 28 de Fevereiro de 1985, 14, de 15 de Abril de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994 e 1995 e em tudo o que não foi alterado pelo presente CCTV.

2 — Da aplicação do presente CCTV não podem resultar quaisquer prejuízos para os trabalhadores, ressalvando-se sempre os direitos adquiridos.

ANEXO I
Tabela de remunerações mínimas

Grupo de vencimentos	Vencimento mensal
A	135 100\$00
B	122 400\$00
C	104 100\$00
D	82 500\$00
E	77 400\$00
F	70 000\$00
G	64 500\$00
H	58 800\$00

a) Nas lojas com mais de um recepcionista será indicado quem fica responsável pelo recebimento dos pagamentos e funções inerentes de caixa, tendo direito a um abono mensal para falhas no montante de 3720\$. O caixa, quando exista, tem direito a um abono de igual montante.

b) Nos estabelecimentos de auto-serviço será assistido por pessoal técnico para as operações necessárias à utilização das máquinas pelos clientes e respectiva segurança.

c) A remuneração dos estagiários será calculada em função da categoria que tirocinam:

- 1) Período de estágio de seis meses — 70 %;
- 2) Período de estágio do 1.º ano — 60 % durante o 1.º semestre e 80 % durante o 2.º semestre;
- 3) Período de estágio de dois anos — 60 % durante o 1.º ano e 80% durante o 2.º ano.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1996.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Lavandarias e Tinturarias:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escleróticos e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção/CGTP-IN:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Atividades Similares:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SIFOMATE — Sindicato dos Fogos de Mar e Terra:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom e Empresa Participada — STPT:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes;
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro;

- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil do Distrito de Aveiro;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa;
- Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanatos da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Distrito do Porto;
- Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Confecção e Têxtil do Minho e Trás-os-Montes;
- Sindicato dos Trabalhadores do Calçado, Malas, Componentes, Formas e Ofícios Afins do Distrito do Porto;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçado, Artigos de Pele, Malas, Correaria e Similares do Centro, Sul e Ilhas;
- Sindicato do Calçado, Malas e Afins Componentes, Formas e Curtumes do Minho e Trás-os-Montes;
- Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Curtumes do Distrito de Santarém.

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
- Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, Vítor Pereira.

Declaração

A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal — FESHOT declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1996. — A Direcção Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para todos efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;

Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros da Horta;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;

Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;

Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas;

Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva da Direcção Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para os devidos efeitos declaramos que a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro e Viseu;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos Distritos de Coimbra e Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul;

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1996. — Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;

Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cimentos e Cerâmica e Similares do Distrito de Castelo Branco.

Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Setúbal;
 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;
 Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Offícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
 Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;
 Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 1996. — Pelo Conselho Nacional, *(Assinatura ilegível.)*

Entrado em 2 de Maio de 1996.

Depositado em 8 de Maio de 1996, a fl. 192 do livro n.º 7, com o n.º 165/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519/C1/79, na sua redacção actual.

AE entre a PORTUCEL FLORESTAL — Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S. A., e a FETES — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras.

Cláusula única

Âmbito e conteúdo da revisão

A presente revisão, com área e âmbito definidos no acordo de empresa celebrado entre a Portucel Florestal, S. A., e os sindicatos representativos dos trabalhadores ao seu serviço, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 30, de 15 de Agosto de 1994, introduz as seguintes alterações ao texto daquele acordo de empresa:

Cláusula 13.ª

Transferências

8 —

b) Pagará um subsídio de renda de casa que, não podendo ultrapassar 10 275\$ mensais, [...]

Cláusula 34.ª

Trabalho suplementar prestado em dia normal de trabalho

4 —

b) Pagamento do pequeno-almoço pelo valor de 175\$.

Cláusula 63.ª

Abono para falhas

1 — [...] será atribuído um abono mensal para falhas de 7130\$.

2 — [...] movimentam verba inferior a 64 170\$ mensais em média anual.

Cláusula 66.ª

Subsídio de alimentação

1 — Aos trabalhadores será atribuído um subsídio de alimentação no valor de 1250\$ por cada dia de trabalho prestado.

Cláusula 67.ª

Subsídio de infantário

1 — [...] dentro dos seguintes valores:

Infantário — 8280\$;

Ama — 5390\$.

Cláusula 81.ª

Outras regalias de trabalhadores-estudantes

4 —

b) [...] dentro dos limites seguidamente indicados:

Até ao 6.º ano de escolaridade — 8975\$;

Do 7.º ao 9.º ano de escolaridade — 11 870\$;

Do 10.º ao 12.º ano de escolaridade — 15 570\$;

Ensino superior ou equiparado — 28 730\$.

Tabela de remunerações

Grupos — Enq.	Tabela X	Tabela Y	Tabela Z	Tabela I	Tabela II	Tabela III	Tabela IV	Tabela V
1.....				279 100	300 260	317 780	333 810	357 260
2.....	234 700	247 430	259 950	257 600	277 680	293 730	308 130	317 770
3.....	199 930	210 240	220 740	217 150	234 700	247 430	259 950	277 670
4.....	182 340	191 490	200 720	185 780	199 930	210 240	220 740	234 700
5.....	161 210	168 690	177 320	169 560	182 520	191 670	200 920	210 450
6.....	140 160	146 560	153 850	149 720	161 210	168 690	177 320	182 520
7.....				129 770	140 160	146 560	153 850	161 210
8.....				120 600	133 120	138 820	145 790	147 130
9.....				112 800	124 430	129 670	136 370	138 810
10.....				107 530	116 600	121 470	126 690	129 670
11.....				100 900	109 350	113 610	119 230	121 470
12.....				94 330	102 250	106 090	111 460	113 610
13.....				87 010	94 190	97 710	102 580	106 090

A cada remuneração base constante desta tabela salarial acresce, para todos os efeitos, a importância de 2000\$, referente à integração de parte do subsídio de formação.

A tabela 1 aplica-se aos trabalhadores em regime de contratação a termo e aos trabalhadores que se encontram em regime de período experimental.

Lisboa, 18 de Janeiro de 1996.

Pela Portuget Florestal — Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S. A.:

(Assinatura ilegível.)

Pelas organizações sindicais:

SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas:

(Assinatura ilegível.)

FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços:

António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviço e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

FETECQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITESE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;

STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

SINDCES/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

Lisboa, 18 de Janeiro de 1996. — Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 9 de Maio de 1996.

Depositado em 10 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 172/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

AE entre o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e a FESHOT — Feder. dos Sind. da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros — Alteração salarial e outras.

No AE (IRT) entre o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e a FESHOT — Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal e outros, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 20, de 29 de Maio de 1992, e 19, de 22 de Maio de 1993, serão introduzidas as seguintes alterações:

Cláusula 3.ª

Vigência, denúncia e revisão

(Mantém a redacção em vigor, excepto o n.º 1, que passa a ter a seguinte redacção):

O presente IRT entra em vigor na data da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 1996.

Cláusula 67.ª

Locais de trabalho de risco

1 — *(Mantém a redacção em vigor.)*

2 — *(Eliminado.)*

ANEXO I

[Mantém a redacção em vigor, criando-se na alínea A) a seguinte área «Direcção e chefias»]:

Director de serviços;
Chefe de departamento;
Chefe de serviços;
Chefe de secção.

[E na alínea B) um novo n.º 12]:

Director de serviços. — Coordena e dirige uma ou mais áreas funcionais técnicas ou administrativas.

Chefe de departamento. — Coordena e dirige o trabalho de uma ou mais áreas de serviços específicas administrativas ou de informática.

Chefe de serviços. — Coordena e dirige os serviços de uma área administrativa ou de informática.

Chefe de secção. — Coordena um grupo de profissionais técnico-administrativos, podendo executar funções específicas de secção.

Técnico superior de saúde. — Aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, no que respeita à disposição de funções.

ANEXO II

(O n.º 1 mantém a redacção em vigor, eliminando no chefe de secção «extinguir quando vagar» e criando-se as seguintes novas grelhas salariais):

E) Chefias:

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Chefe de departamento	265	270	275	280	285	290	295	300	305	310
Chefe de serviços	245	250	255	260	265	270	275	280	285	290

F) Direcção:

A remuneração do director de serviços é fixada no índice 210(*).

(*) O valor do índice que em cada momento vigorar para a grelha dos técnicos superiores de saúde, sendo revalorizado por cada três anos de antiguidade em 10 pontos.

G) Técnicos superiores de saúde:

Categorias	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Assistente principal	120	125	130	135	140	145	150	160	170	175
Assistente	105	110	115	120	125	130	135	145	155	160
Estagiário (2.º ano)	90									
Estagiário (1.º ano)	80									

(O n.º 2 mantém a redacção em vigor, criando os seguintes novos grupos):

E) Chefias:

Chefe de departamento;
Chefe de serviços.

F) Direcção:

Director de serviços.

G) Técnicos superiores:

Assistente principal;
Assistente;
Estagiário.

(O n.º 3 mantém a redacção, alterando os valores dos índices que passam a ter os seguintes valores):

	De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1996	De 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1996	De 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1996 (integração do subsídio de risco, n.º 2 da cláusula 67.º)
Grelha salarial A	76 875\$00	79 125\$00	87 038\$00
Grelha salarial B	64 237\$00	66 117\$00	72 729\$00
Grelhas salariais C e E	76 875\$00	79 125\$00	87 038\$00
Grelha salarial D	127 976\$00	131 722\$00	144 894\$00
Grelha salarial G	216 050\$00	222 532\$00	244 785\$00

Nota. — Da aplicação da grelha salarial G não pode resultar:

- No enquadramento em escalões de remuneração, o valor máximo de descongelamento não pode ultrapassar o montante de 50 000\$;
- Havendo mais de um escalão a descongelar, haverá um descongelamento por cada seis meses (1 de Janeiro e 1 de Julho).

(O n.º 4 é eliminado.)

(O n.º 6 passa a 5 e o n.º 7 passa a 6.)

ANEXO V

Densidades

(Mantém a redacção em vigor criando, uma alínea G.)
Técnicos superiores de saúde:

Assistente principal — 34% (enquadrar as densidades por cada ramo de actividade).
Assistente — 66%.

ANEXO VII

Carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica

Cláusula 24.ª

Tabela salarial

1 — (Mantém a redacção em vigor.)

2 — O valor do índice 100 é igual ao valor que em cada mês vigorar para o índice 100 da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do Ministério da Saúde, sendo de 131 713\$, de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1996,

135 568\$, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1996, e 149 124\$, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1996, este valor integra o subsídio de risco previsto na cláusula 18.ª do anexo VIII.

ANEXO VIII

Pessoal auxiliar dos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica

Cláusula III

(Mantém a redacção em vigor, excepto o n.º 3, em que os valores passam de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1996 de 83 076\$ e de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1996 para 85 508\$ e a partir de 1 de Julho de 1996, com a integração do n.º 2 da cláusula 67.ª para 94 059\$.)

Lisboa, 25 de Março de 1996.

Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal — FESHOT:

(Assinatura ilegível.)

Sindicato dos Profissionais da Grande Lisboa:

(Assinatura ilegível.)

Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

A Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal — FESHOT declara, para os devidos efeitos, que representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Lisboa, 29 de Abril de 1996. — Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 7 de Maio de 1996.

Depositado em 10 de Maio de 1996, a fl. 193 do livro n.º 7, com o n.º 173/96, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.